

E agora, Lula ?

Renato Martins* et Marcela Escribano*

As dimensões da crise

O governo de centro esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com 52 milhões de votos, vive momentos difíceis. Ninguém poderia prever, decorridos dois anos e meio da posse, um cenário semelhante, de paralisia política e perplexidade da sua base de apoio social. Em meio a uma crise complexa, o governo tornou-se refém das forças de direita, aparentemente adiando os planos de reeleição que tramitavam pelo Palácio do Planalto. Hesitantes no princípio, os partidos de oposição trabalham para neutralizar o governo até as próximas eleições, em outubro de 2006. Paralelamente, as oposições buscam mobilizar a sociedade para legitimar a idéia de *impeachment* do presidente. Para isso contam com o apoio da poderosa mídia conservadora, que tem o monopólio dos meios de comunicação de massa no país. Para eles, a primeira opção apresenta-se menos arriscada, dado o apoio popular que ainda goza o presidente. Não se pode dizer, porém, que tenham descartado a segunda.

Entre as causas da crise atual, duas dimensões vem sendo negligenciadas pelos analistas. A primeira diz respeito a uma contradição fundamental do próprio governo. Tendo sido eleito para combater as injustiças sociais, iniciando a transição do paradigma neoliberal predominante nas últimas duas décadas, o governo optou por uma via de modernização social sem ruptura com os mercados financeiros.

Ao invés de se posicionar como o primeiro governo de uma nova etapa republicana, o governo Lula poderá entrar para a história como mais um governo da nossa interminável “Revolução Passiva”. Esta opção tornou muito mais difícil a implementação das políticas sociais, como a reforma agrária, a geração de empregos e a inclusão de 50 milhões de pobres que depositaram suas últimas esperanças no governo Lula.

A segunda dimensão se refere aos dilemas do Partido dos Trabalhadores. Único partido verdadeiramente moderno e progressista do país, o PT foi flagrado utilizando-se dos métodos mais condenáveis e tradicionais do exercício da política brasileira. Na origem desse desvio está, em primeiro lugar, o distanciamento da antiga direção dos princípios políticos que presidiram a criação do PT, especialmente do estreito vínculo com as bases e os movimentos populares. Em segundo lugar, vê-se um problema que não é exclusivamente brasileiro, e menos ainda de ordem moral, como vem sendo tratado pela direita. Trata-se do mesmo problema das demais democracias ocidentais e consiste em saber como diminuir o peso do poder econômico nas escolhas políticas, tornando as eleições verdadeiramente competitivas. Ao chegar ao poder e não enfrentar essa questão de fundo, o PT revelou não ter superado completamente a visão instrumental da democracia, própria da cultura política das esquerdas tradicionais.

* Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo
Universidade du Québec a Montréal

* Mestranda em Direito e Política Internacional pela Universidade de Quebec em Montreal

Razões da crise

A crise atual não caiu do céu. É bom lembrar que o governo Lula nasceu prisioneiro dos mercados financeiros. As pressões realizadas por estes setores foram imensas, tendo adquirido um caráter de chantagem política nas eleições de 2002, com a elevação do risco país, a desvalorização do real, a fuga de capitais e o adiamento das decisões de investimento. O clima de terrorismo eleitoral, incompatível com as regras da disputa democrática, foi alimentado pela direita e utilizado como arma na corrida presidencial. Dizia-se que o país, numa eventual vitória de Lula, poderia se tornar economicamente inviável, como a Argentina, ou politicamente ingovernável, como a Venezuela. Não foi o que ocorreu. Contando com um cenário internacional mais favorável, o desempenho macroeconômico do governo Lula foi superior ao do governo passado em todos os indicadores que se considere (PIB, balanço de pagamento, investimentos etc), apesar de ainda ser insuficiente para promover uma alavancagem sistêmica da inclusão social. Apesar das mistificações ideológicas contrárias, um ex-operário mostrou que pode dirigir um país complexo como o Brasil. Inclusive com muito mais competência. Entretanto, a preocupação dos mercados nunca foi quanto a competência política de Lula. Ao contrário de alguns setores das classes médias, que nutrem um ódio irracional contra Lula, os mercados estão preocupados com os seus lucros. Com Lula ou sem Lula, tratava-se de preservá-los.

Por isso, as pressões sobre os eleitores somente diminuíram quando, faltando apenas dois meses para as eleições, foi divulgada pelo PT a “Carta ao Povo Brasileiro”, documento de campanha estabelecendo o compromisso do futuro governo em torno a três pontos principais: manutenção da âncora fiscal, realização de *superávits* primários e pagamento da dívida interna e externa. Somente nessas condições os mercados financeiros e seus agentes nacionais e estrangeiros admitiram a vitória de Lula. A senha para acalmá-los foi o compromisso do futuro governo com o cumprimento dos contratos. A Carta foi incisiva neste ponto:

«O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição

entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica [...] O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista [...] Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país (pois) o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa¹. »

Com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro o governo selou a própria sorte. Este ato fundacional definiu para sempre o que seria (e, principalmente, o que não seria) o governo Lula, balizando as fronteiras da nova agenda social que ele era portador. Deste então, as contradições que têm caracterizado o conjunto das políticas públicas traduzem essa ambiguidade original. As reformas sociais que deveriam ser o carro chefe do primeiro governo dirigido por um ex-sindicalista tornaram-se prisioneiras da lógica financeira herdada do governo anterior. A própria composição do ministério assumiu os contornos da imagem de Janus. De um lado estão o Presidente do Banco Central e os Ministros da Fazenda e da Agricultura, representantes maiores das heranças neoliberais; de outro lado estão os Ministros da Reforma Agrária, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social, originários dos movimentos populares. Desde sempre a balança pendeu em favor dos primeiros, tendo a frente o indefectível Ministro Antonio Palloci, um ex-trotsquista convertido ao pensamento único.

O acordo do PT com o mercado financeiro não é muito distinto dos tradicionais Pactos das Elites realizados ao longo da história política do país nos momentos cruciais de mudança. Suas raízes repousam na cultura política do Homem cordial e são orientadas pela busca do consenso amigável. Esse artifício não tem nada a ver com o consenso alcançado através da explicitação e superação política dos conflitos, mas, ao contrário, do consenso fabricado pela ocultação das diferenças, que é uma das formas mais sutis da dominação. Tal alternativa esteve presente nos momentos decisivos da história política brasileira. Em 1822, na independência política; em 1889, no advento da República; em 1930 na crise das oligarquias e, mais recentemente, nas

¹ Carta ao Povo Brasileiro, <http://www.lula.org.br>

Redemocratizações de 1945 e 1984. Sua essência é notoriamente conservadora, e daí a perplexidade que causou entre os militantes da esquerda quando foi aceito pelo PT.

O acordo com os mercados financeiros representou, a rigor, o coroamento de uma estratégia de conciliação que vinha sendo implementada há alguns anos pelo setor majoritário do PT, em oposição aos princípios que presidiram a criação do Partido. O distanciamento dos movimentos sociais e a adoção de uma estratégia de alianças eleitorais sem critérios programáticos-ideológicos são parte do mesmo movimento de desfiguração do partido. Justificado por seus defensores com base no pragmatismo político, essas mudanças somente se tornaram possíveis em prejuízo da democracia interna, com o isolamento das correntes minoritárias, a concentração dos poderes e o controle das instâncias de direção por um pequeno grupo que foi se distanciando das bases do partido. O acordo revelou ainda a natureza elitista de uma parcela das esquerdas brasileiras, que para chegar ao poder não hesitou em promover a desmobilização social.

O Canto das Sereias

A experiência demonstra que os pactos políticos tem sua própria lógica. Um acordo dessa natureza pressupõe a autolimitação da vontade dos atores principais. Como no mito de Ulisses, é necessário que todos se amarrem para não ceder ao canto das sereias de perseguir os seus interesses particulares. Por sua trajetória política e pessoal (homem pobre, que passou fome e alcançou o posto máximo da Nação), Lula acreditou que poderia promover a unidade nacional acima das classes e de seus interesses mesquinhos. O problema é que hoje já não existem condições estruturais para alternativas desta natureza, nem do ponto de vista da composição das classes (muito mais fragmentadas), nem da dinâmica dos mercados (muito mais desregulados).

A hegemonia financeira dos mercados globalizados levou ao paroxismo a exploração do trabalho e a exclusão social, eliminando direitos conquistados e restringindo ainda mais as possibilidades de acordos de tipo socialdemocrata. Por outro lado, o conflito político nunca foi tão agudo, e a apesar do refluxo mundial que se abateu sobre os movimentos populares desde o desmoronamento do

socialismo real, as massas buscam desesperadamente uma alternativa de sobrevivência que não encontram sob o capitalismo. O social liberalismo (corrente nascida da conversão dos partidos sociais democratas ao neoliberalismo) também foi incapaz de formular uma resposta para a crise de paradigmas, tendo resultado em grandes retrocessos, como no caso da França depois do governo de Lionel Jospin, a Espanha após Felipe Gonzales e a Itália depois de Massimo D'Alena. Todos governos de esquerda ou centro esquerda que frustraram as expectativas de mudanças e acabaram substituídos pela direita ou a extrema direita, como aconteceu com a Itália.

A crise atual do governo Lula reflete a fragilidade daquele compromisso original de busca de novos paradigmas. Até quando os mercados permanecerão calmos no meio dessa tempestade política? Até quando o governo permanecerá refém do mercado sem perder o que lhe restou da sua base social? Onde esta saída é uma questão de difícil resposta. Mas é pouco provável que neste momento de debilidade o governo faça o que deixou de fazer quando contava com o capital eleitoral de dois anos atrás, optando por uma alternativa de confronto com os mercados, como fez a vizinha Argentina. Antes disso, o governo está dando sinais de que poderá apostar no enrijecimento da política econômica como alternativa para a crise política, elevando juros e aumentando a meta de *superavits* primários. Mais do mesmo não é a melhor opção política num momento em que a sociedade espera um gesto de coragem da parte do governo.

As relações entre o governo e o PT nesses dois anos, ao invés de superar o dilema contribuiu para piorar as coisas. Partido de tipo novo, o PT faz parte do mesmo movimento que Marco Aurélio Garcia, conselheiro especial do governo Lula, chamou de “terceira geração das esquerdas latino americanas”. Essa nova experiência das esquerdas surgiu no final dos anos setenta num processo de ruptura e continuidade com as gerações anteriores – a comunista e a revolucionária. Vinculada aos movimentos populares, sociais e sindicais, essa nova geração reviu criticamente o papel de vanguarda atribuído ao partido, buscando uma aliança de novo tipo com os movimentos sociais (muito mais autônoma), e uma nova relação com o Estado (muito mais independente). As tensões entre eles não impediram a renovação das

esquerdas e da sua agenda política tendo, ao contrário, contribuído para isso. O orçamento participativo e o Fórum Social Mundial são exemplos distintos dessa renovação.

Que o PT tenha se servido de métodos tradicionais para chegar ao poder é condenável, mas, desde uma perspectiva realista, politicamente justificável. É bom lembrar que o PT tornou-se o primeiro partido de esquerda com densidade eleitoral para disputar o poder central, o que é uma fato inédito na história do país e representa uma contribuição extraordinária para a modernização das instituições. O que é injustificável, e também incoerente com a trajetória do partido, é que tendo chegado ao poder o PT abriu mão da sua autonomia política. Nesses dois anos e meio de governo Lula o PT praticamente se transformou num apêndice do Estado, e a crise está mostrando que havia um vínculo orgânico entre eles, o que foi um desastre para ambos. Salvo críticas cosméticas e pontuais à política econômica, o PT abdicou de fazer a disputa ideológica na sociedade em torno do seu projeto nacional, confundindo a sua chegada ao governo com a sua chegada ao poder. Isto foi facilitado pelo distanciamento cada vez maior do Partido e da sua base social. É verdade que não houve nestes dois anos a criminalização ou repressão dos movimentos sociais que caracterizou o governo anterior (Petroleiros e Eldorado de Carajas, por exemplo). Todavia isto é muito pouco para um governo de centro esquerda e um Partido com o perfil do PT.

Tivesse autonomia para exigir a reforma política como imperativo prioritário da modernização econômica e social, o PT estaria em condições de contar para a sociedade como se vencem eleições “na maior democracia do mundo”. Certamente ele teria contribuído muito mais para o próprio governo Lula, inaugurando de fato uma agenda de transição para o país. Mas, por ironia ou destino, o partido que passou a metade da sua vida politizando os movimentos sociais, chegou ao poder e negligenciou a política. Num surto de bolchevismo desajeitado, ele imaginou transformar a sociedade a partir do Estado, não importando os meios para alcançar os seus nobres fins. Ao mesmo tempo, ele aceitou a lógica dos mercados e se acomodou à idéia de que a recuperação econômica (apesar de insuficiente) sustentaria o governo até as eleições de 2006, conferindo a Lula um novo mandato. Agora, a política está exigindo a retratação do

PT. Que ele reassuma o papel que nunca deveria ter abandonado como articulador de uma nova vontade geral para a reorientação etico política da sociedade.

Esses erros não diminuem em nada a imensa lista de serviços prestados pelo PT ao país nos últimos 25 anos. Nenhum dos atuais partidos brasileiros têm uma contribuição semelhante. Tampouco se pode confundir a crítica ao governo Lula, sobretudo neste momento de redefinições, aos ataques realizados pela direita no clima de golpismo patrocinado pela mídia conservadora. Se é verdade que esse governo frustrou a expectativa dos que desejam uma transição mais curta e profunda, também é certo que ele foi muito além do que queriam os defensores da Alca, do latifúndio e das políticas sociais focalizadas nos bolsões de pobreza extrema. Como lembrou o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias:

«Em qualquer tempo o presidente Lula poderá dizer que seu governo trouxe avanços na área social. Os gastos com todos os programas foram de R\$ 7,2 bilhões em 2002, de R\$ 14 bilhões em 2004 e chegarão a R\$ 17,1 bilhões este ano. A Bolsa Família atendeu 3,6 milhões de famílias em 2003 e 6,6 milhões em 2004. Este ano, em julho, alcançou a marce de 7,3 milhões, devendo chegar a 8,7 milhões em dezembro. Todos os municípios do país já estão cobertos pelo programa, que no final de 2006 terá alcançado o universo-meta de 11,6 milhões de famílias.»²

Mais do que nunca é necessário uma crítica radical dos desvios do PT e dos erros do governo. Mas é preciso evitar que o remédio mate o doente, porque a alternativa não será a esquerda, muito pelo contrário.

A perplexidade das esquerdas

As atuais denúncias contra o PT caíram como uma bomba sobre a esquerda brasileira. Como desabafou Frei Beto, ex-coordenador do Programa Fome Zero e amigo pessoal de Lula:

«A direita brasileira não conseguiu em décadas o que um pequeno núcleo de dirigentes petistas conseguiu em poucos anos: desmoralizar a esquerda. Nem na ditadura se conseguiu

² O Globo, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2005.

*desmoralizar a esquerda. Nós, que passamos pela prisão, saímos de cabeça erguida, por te lutado, enfrentado e ajudado a resgatar a democracia no país. Depois de trabalhar junto aos movimentos populares para construir uma nova proposta ao país, um pequeno grupo de dirigentes vem, atola o pé e alma na corrupção, comprometendo todo um projeto[...]*³»

Exageros a parte, é compreensível a frustração que se abateu sobre os militantes. Como Chico Buarque, estão tristes e perplexos. Todos sabem, porém, que o sistema de corrupção política existente no país foi montado para perpetuar as classes dominantes no poder. Lula é o primeiro representante das classes populares que conseguiu romper esse bloqueio. Mas a que preço! Ao reclamar o “direito de cidadania” no submundo das finanças eleitorais das classes dominantes, o PT se deixou igualar aos seus adversários tradicionais. Agora chegou o momento de prestar contas, e a fatura parece ser alta demais. Não só para o partido, que enfrenta a mais profunda crise desde que foi criado há 25 anos atrás, mas também para o governo, que poderá ser forçado a abortar os planos de disputar o poder em 2006.

Embora seja prematuro identificar tendências, as discussões internas do PT começam a convergir para dois polos distintos. Por um lado encontram-se os remanescentes do antigo Campo Majoritário, grupo que reúne o chamado setor moderado, que se encontra debilitado e é acusado de ser o maior responsável pela enrascada em que o partido se meteu. Apesar de debilitado este setor ainda têm a hegemonia do Partido no plano nacional e estadual. O presidente interino do PT, Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-Ministro da Educação, emerge como líder do que restou do Campo Majoritário e, embora o seu nome sofra a resistência do grupo ligado ao ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu – numa disputa acirrada que ainda está em curso – ele goza do apoio de Lula e de dirigentes importantes como o Senador Aloisio Mercadante. Por outro lado há os setores minoritários, que também estão divididos com relação aos rumos para superar a crise. Os três principais representantes desse campo são Raul Pont, da Democracia Socialista, Valter Pomar, da Alternativa de Esquerda e Plínio da Arruda Sampaio, da pequenina Ação Popular Socialista.

Para Tarso Genro a atual crise é tão profunda que o Partido precisa ser refundado. “Isso não significa esquecer suas raízes” diz ele, “nem descartar suas experiências, mas precisamente tomá-las e colocá-las em novo patamar, não somente de um novo pacto político interno como também de um novo tipo de projeto para o país”.⁴ Para Tarso o partido vive uma crise ético-política porque, ao que tudo indica, certos setores constituíram uma estrutura paralela de poder voltada para o financiamento das campanhas. Somente a ruptura com o antigo núcleo dirigente e a punição dos responsáveis poderá purgar os erros cometidos. Segundo o presidente interino:

*«Nosso partido vai ser obrigado a lavar a roupa suja fora de casa. Não adianta entregar duas ou três cabeças em uma bandeja e dizer que estamos todos purgados. Temos que dizer à sociedade e à nossa base quais foram os processos internos, os descuidos, as irregularidades, a falta de controle ou, quem sabe, até os autoritarismos involuntários ou voluntários que permitiram que o PT se metesse na enrascada em que se encontra hoje»*⁵.

Essa alternativa dolorosa parece, efetivamente, ser a única aceitável pela base do Partido e pela sociedade. O problema é que ela encontra fortes resistências no interior do Campo Majoritário, que até hoje, decorridos três meses do início da crise, impediu a expulsão dos dirigentes que já reconheceram que agiram incorretamente. Se não vencer as resistências internas o Campo Majoritário poderá se debilitar ainda mais, lançando o partido numa crise de direção até que se forme uma nova maioria.

A crise interna vem sendo sabiamente explorada pelos setores minoritários para promover mudanças de rumos mais profundos. «O fato de se financiar um partido socialista com o dinheiro de empresário é um escândalo para o socialismo», reagiu indignado Plínio de Arruda Sampaio, combativo militante de esquerda e antigo colaborador de João Goular, presidente deposto pelos militares no golpe de estado de 64. Para Plínio, o pragmatismo eleitoral desfigurou o PT e o governo Lula tornou-se refém do poder:

«É perfeitamente possível dar terra a 1 milhão de famílias. Mas há briga com o agronegócio. É

³ Folha de São Paulo, 25 de agosto.

⁴ Teoria e Debate, no 50. Entrevista com Tarso Genro, por Hamilton Pereira.

⁵ Idem, ibidem.

perfeitamente possível criar 10 milhões de empregos, mas tem que romper com o Consenso de Washington. Rompeu, tem consequências. Esse é o temor do Lula: `se fizer a política que está na história do PT, haverá retaliação. Qual será a resposta do povo⁶ ?»

Ou ainda: «Agora é a hora do socialismo no Brasil. Porque, quando o Lula não consegue fazer reformas dentro do capitalismo por causa desse estado de sítio em que se encontra, isso demonstra só uma coisa: Lula é a última tentativa de uma transformação pela via de reforma no capitalismo⁷.»

É impossível prever que rumo o Partido tomará após as eleições de setembro próximo. O PED – processo de eleições diretas – estava programado antes da crise e, após o tsunami que se abateu sobre o PT, a escolha da direção nacional tornou-se dramática. Aí vão surgir as pistas do que será o futuro das esquerdas no Brasil, com consequências para o governo Lula e o próprio país. Uma coisa é certa: se conseguir permanecer unido o partido poderá buscar uma saída para enfrentar esse momento difícil, porém não insuperável. Mas no caso dele rachar a direita terá alcançado o seu propósito, o que trará consequências negativas não só para o Brasil como para o restante da América Latina.

Comentário finais

A título de comentários finais podem-se destacar três pontos para a reflexão:

1. O Brasil é o país com o maior nível de desigualdades sociais do mundo, só perdendo para Serra Leoa. Sem reforma tributária, que recupere a capacidade de financiamento do Estado, não há como pagar essa dívida monstruosa. Também é impensável que o processo de modernização social venha a ser feito com base num sistema político viciado, distorcido e exposto ao poder econômico. Para vencer esses desafios é necessário inverter a agenda nacional, priorizando a Reforma Política e a Reforma Tributária, que são uma condição para o verdadeiro desenvolvimento sustentável. A questão é se ainda há tempo para fazê-lo neste governo. Apoio popular com certeza não faltará.

2. O PSDB e o PFL não tem nada à oferecer para a sociedade brasileira, nem em termos políticos, nem em termos morais. A geração de FHC na América Latina é a mesma de Carlos Andrés Peres, na Venezuela, Fujimori, no Peru, Carlos Menem, na Argentina. Depois de uma década no poder, esses senhores deixaram nossos países mais dependentes, do ponto de vista econômico, menos soberanos, do ponto de vista político, e mais injustos, do ponto de vista social. Os rumos que o Brasil tomar como desdobramento da crise terão um impacto maior sobre a América Latina, e a esquerda brasileira deve estar consciente disso.

3. Não há volta para o PT. Ou ele vai fundo no processo de autopuração, reconhecimento dos erros e punição dos responsáveis ou ele não sobreviverá à crise atual. Não é hora do PT se apequenar. Nesse sentido, o PED não deveria se restringir a escolher um novo presidente. Além de definir novos rumos políticos para o partido, ele deveria realizar uma profunda reforma nas suas estruturas, tornando o PT muito mais permeável aos movimentos sociais e à intelectualidade progressista, de quem o partido se distanciou ao se desviar do seu itinerário original para tomar o atalho do poder.

⁶ Folha de São Paulo, 15 de agosto.

⁷ *Idem.*